

Reestruturação militar afeta desvinculação de orçamento

Por Fabio Graner | De Brasília



Paulo Guedes: ministro aceitou um forte aumento na rigidez orçamentária ao longo dos próximos dez anos.

Enquanto fala de promover uma desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento, o ministro Paulo Guedes aceitou um forte aumento na rigidez orçamentária ao longo dos próximos dez anos, por causa da reestruturação das carreiras militares anunciado semana passada.

A proposta cria R\$ 86,9 bilhões de despesas ao longo de dez anos que na prática serão consideradas como obrigatórias, ou seja, não poderão ser cortadas de acordo com a conveniência do governo. Uma delas, o adicional de habilitação, que tem o maior impacto, sozinha será maior que os ganhos obtidos pelo governo com a alta de contribuição dos militares para custear as pensões.

Essa gratificação, dada por conta de cursos e especializações, tem impacto crescente nas contas do governo, saltando de um custo anual de R\$ 1,24 bilhão em 2020 para R\$ 6,8 bilhões a partir de 2024. Em dez anos, o impacto nas contas do Ministério da Defesa é de R\$ 56,8 bilhões.

Já a receita derivada da alta na contribuição para as pensões militares vai de R\$ 3,17 bilhões em 2020 para se estabilizar em R\$ 4,9 bilhões ao ano a partir de 2022, somando R\$ 46,2 bilhões em um década.

Esse impacto é atenuado pela promessa de redução de 10% do efetivo de militares, que não consta do PL enviado ao Congresso, mas que, se for cumprida, gerará em dez anos economia de R\$ 33,6 bilhões.

Atualmente, cerca de 91% do conjunto de despesas do governo federal é obrigatório, deixando apenas 9% (R\$ 129 bilhões) livre para que o governo possa alocar livremente em suas prioridades. Com o contingenciamento anunciado pelo governo e que ainda está sendo definido onde será alocado, essa proporção vai piorar. O gasto discricionário, após o bloqueio de R\$ 29,8 bilhões, cairá para pouco menos de R\$ 100 bilhões.

Para Daniel Couri, consultor do Senado e analista da Instituição Fiscal Independente (IFI), do ponto de vista fiscal, a reestruturação das carreiras militares vai na contramão da pauta de reduzir a rigidez orçamentária, tão criticada pelo ministro Paulo Guedes.

"Daqui a cinco anos as despesas com [pessoal] da Defesa estarão crescendo e vamos lembrar que ainda continuarão a subir pelos cinco anos seguintes. E essas despesas são obrigatórias. Ao longo do tempo o aumento é grande e permanente", disse Couri. "A área de pessoal era uma das despesas que Guedes gostaria de atacar, mas ao mesmo tempo o governo vai dar aumento nessa área", acrescentou, ressaltando que não está discutindo se os militares merecem ou não aumento.

Para o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco, a mudança nas regras para os militares representa um aumento de salário em uma situação no qual há pouco espaço para outras despesas no Orçamento, que tem a restrição do teto de gastos. Ele lembra que, para elevar uma despesa que depois não poderá cortar, o governo vai ter que comprimir gastos discricionários, o que aumenta a rigidez. "Se há aumento de salários, reduz o espaço para investimentos públicos", disse.





A opinião do economista coincide com a de alguns interlocutores do governo, que temem que a reestruturação dos militares acabe tornando ainda mais difícil o cenário para os investimentos.

Tinoco apontou ainda que o gasto do governo com militares ativos teve pouca variação ao longo dos últimos dez anos em relação ao total pago aos servidores públicos em serviço, oscilando em torno de 18%.

Procurado, o Ministério da Economia disse que não iria comentar a reportagem.

Guedes promete plano de auxílio a Estados em 30 dias

Por Ana Krüger e Fábio Pupo | De Brasília

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se comprometeu ontem no Fórum de Governadores a apresentar em 30 dias o Plano de Equilíbrio Financeiro, o chamado Plano Mansueto. A informação foi divulgada pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), após a reunião do Fórum de Governadores, do qual foi anfitrião.

Guedes disse aos governadores que o texto do plano está em fase final preparação e tem duas dimensões. Uma tratará da antecipação de recursos, e outra, do uso de ativos disponíveis nos Estados que podem, por exemplo, ser privatizados.

O secretário especial de Desestatização e Desinvestimento, Salim Matar; e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Joaquim Levy, ajudarão no processo.

A antecipação de recursos será proporcional ao ajuste fiscal de cada Estado. "Se não tiver o compromisso com o ajuste, não poderá receber, porque não está ajudando", afirmou. Sobre a securitização, disse querer apenas "evitar casos extremos". "Por exemplo, se você pegar impostos

futuros e tentar securitizar, está avançando sobre mandatos de outros, não pode. Agora, se você pegar os seus ativos e securitizar, para nós, problema zero", disse.

Ibaneis reafirmou o que havia dito na segunda-feira ao Valor: que a reunião não seria para tratar da reforma da Previdência, mas da ajuda aos Estados. Ainda assim, os governadores alertaram Guedes da a crise na articulação do governo com o Congresso.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse que o clima político não é "propício à aprovação da reforma". "Governadores como eu desejam alterar pontos específicos da proposta e o confronto entre poderes tem atrapalhado", disse.

Para Ibaneis, Guedes foi coerente ao não comentar as rusgas. "Ele [Guedes] está cuidando da pauta econômica. Falta, a partir do presidente Bolsonaro, a definição da pauta política".

Já o tucano Eduardo Leite disse que agora é o momento de aprovar mudanças. "Estamos longe da disputa municipal e, conforme vamos nos aproximando das eleições, vai se dificultando a aprovação de reformas", disse. Para o governador do Rio Grande do Sul, a reforma é uma condição de sobrevivência dos entes e que não deve perder espaço para outros assuntos.

Em busca de apoio para a reforma, Guedes disse na segunda-feira pretender que 70% do fundo social do pré-sal (hoje, 100% da União) vá para Estados e municípios. Também tem anunciado a PEC que altera o Orçamento como um meio de os entes obterem mais verbas.

Para o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), o governo deve tratar como prioridade para os Estados a entrada deles no regime de recuperação fiscal, e não promessas como a repartição do fundo do pré-sal ou a desvinculação do orçamento da União. "Estamos em situação de emergência, de calamidade financeira. Precisamos de sobrevivência, de um tratamento imediato. Não de algo que eu sei, como parlamentar que fui por 24 anos, como é a tramitação de uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional]", disse.

Ibaneis criticou também decisão do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, de transferir para a Penitenciária Federal de Brasília Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, líder do Primeiro Comando da Capital (PCC), além de outros membros da facção criminosa. "Me preocupa muito. Nós temos aqui mais de 180 organizações internacionais, embaixadas, o Congresso, o Palácio do Planalto. Como é que nós vamos dar segurança para todo mundo trazendo o crime organizado para dentro da capital da República?"

Resposta ao governo

Câmara enfrenta Planalto e aprova restrição a poder de gasto após Guedes faltar a comissão

No mesmo dia em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, principal fiador da reforma da Previdência, desistiu de ir à Câmara debater o tema, 13 partidos apoiaram a proposta. Eles, no entanto, deixaram claro que haverá um preço a pagar e o tamanho do desafio para o governo. Querem, por exemplo, que o governo retire da reforma mudanças no pagamento de aposentadorias rurais e de benefícios assistenciais (BPC). Cobram também mais diálogo com o Palácio do Planalto.

Para não deixar dúvida de que o assunto é sério, o Congresso lançou mão de uma estratégia típica da "velha política": desengavetaram uma proposta de 2015 — uma emenda constitucional — para tornar o Orçamento ainda mais impositivo (mais rígido), o que vai contra uma das principais bandeiras de Guedes, que é desvincular e desindexar todas as despesas. Em um trâmite acelerado, o texto foi aprovado em duas votações no plenário da Câmara ontem à noite, com apoio até do partido do presidente Jair Bolsonaro, o PSL. Na primeira votação, foram 448 votos a favor e três contra. Na segunda, 453 deputados votaram a favor; seis, contra; e houve uma abstenção.

Com a proposta, cada estado ganha ao menos R\$ 125 milhões

com emendas impositivas, que têm execução obrigatória. A rigidez orçamentária aumenta de R\$ 4 bilhões a R\$ 5 bilhões, dizem fontes. Ainda é preciso passar pelo Senado.

Líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP) disse que conseguirá apoio para segurar a medida no Senado.

Assim que a Câmara anunciou que a emenda seria colocada em análise, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, correu para o Congresso para tentar contornar — sem sucesso — a situação. Ele chegou a defender um "pacto de convivência" entre Executivo e Legislativo. O ministro disse ter ouvido "coisas importantes" dos parlamentares e que levará as queixas ao presidente:

— Vivemos um momento novo, diferente. Nós precisamos, com humildade, paciência e resiliência, construir um caminho de entendimento.

CONCESSÕES EM BPC E RURAL

Diante desse quadro, a equipe econômica já trabalha com concessões na reforma. Os benefícios assistenciais, por exemplo, ficam como estão atualmente. O único ajuste será que o BPC não

poderá ser pago a quem tem renda (mesmo que informal) e patrimônio. No caso dos trabalhadores rurais, cai a obrigatoriedade de contribuição previdenciária e o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos. Fica mantido o aumento da idade mínima para mulheres de 55 para 60 anos.

Os técnicos defendiam mudanças no BPC argumentando que não é justo que quem recebe benefícios assistenciais (sem contribuir para o regime) ganhe o mesmo valor que as pessoas que recolhem para a Previdência. Nos caso dos rurais, as mudanças serviriam para combater fraudes e evitar aposentadorias precoces.

A reunião com Onyx foi marcada por queixas quase unânimes dos líderes. Um tema foi a troca de farpas entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Também houve reclamação sobre mobilizações nas redes sociais contra o Congresso e postagens do presidente e seus familiares. O líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP), disse que fez uma cobrança sobre a falta de habilidade do governo para negociar a reforma:

— Ele (Onyx) reconhece que há uma falta de habilidade, mas pediu paciência para compreender o estilo.





O líder do Cidadania, Daniel Coelho (PE), afirmou que a conversa não vai melhorar os ânimos se o governo não mudar de atitude.

O dia ontem começou com a expectativa da presença de Guedes na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Sem uma base de apoio clara e sem a definição do relator da reforma, Guedes cancelou de última hora sua ida. Ele tomou a decisão após consultar Maia e o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

A decisão do ministro causou enorme desconforto até entre os governistas. Eles se recusaram a ouvir o substituto de Guedes, Rogério Marinho. A oposição conseguiu reunir assinaturas para votar a convocação do ministro. Nesse caso, ele seria obrigado a se apresentar e não teria mais o tratamento de convidado. Para tentar reverter o estrago, foi costurado um acordo entre o líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), Marinho e os partidos da oposição para que Guedes compareça à comissão ainda como convidado, na próxima quarta-feira.

—É a segunda vez que nós estamos fazendo um acordo, que precisa ser cumprido. Palavra dada é igual uma flecha, não volta — disse

o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR).

A solução, no entanto, vai atrasar o cronograma da reforma em pelo menos uma semana. Num cenário otimista, o relatório só deverá ser analisado na CCJ na segunda semana de abril e não mais na primeira, conforme estava previsto.

Francischini disse que deve indicar o relator nesta semana. Ele sustenta, entretanto, que não há base de apoio ao Planalto e que a oposição está organizada na comissão, enquanto o governo patina. O presidente da CCJ ficou especialmente irritado com a inabilidade de deputados governistas com o regimento. A oposição conseguiu, sem protesto do governo, manter a ordem da lista de inscritos para questionar Guedes na próxima quarta. Os primeiros deputados a perguntar são todos oposicionistas.

A justificativa oficial para Guedes não ir à comissão foi que ainda não há um relator para a reforma da Previdência. Mas essa condição nunca foi comunicada à Câmara. Nos bastidores, auxiliares de Guedes explicaram que o ministro acabaria sendo alvo fácil da oposição, o que poderia gerar um desgaste desnecessário. Maia confirmou o temor de Guedes:

—Ele (Guedes) achou que não teria apoio do plenário da CCJ e preferiu não vir. Eu disse a ele: "ministro, o senhor já deu demonstração que respeita o Parlamento brasileiro. Se a sua decisão for essa, eu, pessoalmente e como presidente da Câmara, vou respeitar e conversar com líderes partidários para que a gente encontre uma outra data"

Guedes conversou com Maia ainda na sexta-feira sobre a possibilidade de virar um alvo na comissão. Segundo fontes, aliados de Maia concordaram que seria melhor o ministro ser preservado.

Guedes participou, no mesmo horário, de uma reunião ministerial. No encontro, Bolsonaro orientou integrantes do primeiro escalão do governo a "remarem juntos com o Congresso" para viabilizar a aprovação da reforma da Previdência. A falta de Guedes ocorre num momento em que o governo aposta suas fichas no ministro para tentar arrefecer a crise com o Congresso e abrir caminho para aprovar a reforma da Previdência. (Manoel Ventura, Geralda Doca, Eduardo Bresciani, Bruno Góes, Marcello Corrêa e Gustavo Maia)

Em votação relâmpago, Câmara aprova PEC do Orçamento impositivo

Thiago Resende
e Angela Boldrini

BRASÍLIA Em votação relâmpago, a Câmara aprovou em dois turnos, nesta terça-feira (26), uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que retira do governo federal poder sobre o Orçamento.

O texto recebeu o apoio de ampla maioria, impondo uma dura derrota para a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Entre os parlamentares presentes, 448 votaram a favor e 3 contra no primeiro turno. Minutos depois, já no segundo turno, 453 votaram a favor e 6 contra, com uma abstenção.

A PEC torna o Orçamento mais engessado, pois classifica como obrigatório o pagamento de despesas que hoje podem ser adiadas, principalmente investimentos.

Em outras palavras, amplia o chamado Orçamento impositivo para os gastos com investimentos e emendas apresentadas por bancadas.

Não é comum que propostas de emenda constitucional sejam votadas na mesma sessão.

Com um acordo entre os líderes e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), porém, o texto foi votado em dois turnos em menos de uma

hora. Agora, segue para a avaliação no Senado.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), se comprometeu a votar a proposta “o mais rápido possível”.

“Se pudesse todo o Orçamento do Brasil ser emendas impositivas para fazer as obras importantes de norte a sul deste país, teríamos um país com menos desigualdade”, afirmou.

Apesar de a articulação de líderes da Câmara ter o objetivo de mandar um recado para o Palácio do Planalto, Maia — que também travou embates com Bolsonaro nos últimos dias — negou que os deputados tenham imposto uma derrota ao governo.

“É um gesto importante do governo querer sinalizar pelo fortalecimento do Parlamento. Acho que é um momento histórico”, disse.

Segundo técnicos da Câmara, se a proposta for promulgada, de um Orçamento total de R\$ 1,4 trilhão, o Executivo teria margem de manobra em apenas R\$ 45 bilhões das despesas. Os cálculos consideram números relativos a 2019.

Hoje, cerca de 90% do Orçamento já é composto de gas-

tos obrigatórios, como Previdência e salários. O restante — R\$ 137 bilhões — é despesa discricionária, que pode ser cortada.

Mas, pela PEC, os programas destinados a prover bens e serviços para a população, como a área de infraestrutura e educação, passam a ser de execução obrigatória.

Assim, segundo técnicos de Orçamento da Câmara, sobriam apenas a parte de Orçamento para custeio da máquina pública — energia elétrica, terceirizados, entre outros. Isso soma, em valores de 2019, os R\$ 45 bilhões.

Essa foi a segunda derrota do governo na Câmara. Em fevereiro, os deputados derrubaram um decreto presidencial que mudava regras da LAI (Lei de Acesso à Informação).

A PEC do Orçamento impositivo estava parada na Câmara desde 2015. O texto não estava previsto para a pauta do plenário até a manhã de terça.

A ideia de desenterrar a proposta partiu do PRB, partido ligado a questões evangélicas. O presidente Bolsonaro contava com o apoio desta ala da Câmara, mas o partido tem atuado de forma independente e criticado o governo.

A sugestão do líder da si-





gla, Jhonatan de Jesus (RR), foi debatida em reunião comandada por Maia e com lideranças partidárias. O apoio foi unânime.

“Acho que é o Poder Legislativo reafirmando as suas atribuições. Uma das mais importantes é o Orçamento, que o Legislativo aprova e o governo executa. É assim em qualquer democracia”, afirmou o presidente da Câmara.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, queria enviar uma PEC para desindexar o Orçamento da União, deixando nas mãos do Congresso a decisão de como usar os recursos federais.

Em tom de ironia, líderes de partidos independentes ao governo Bolsonaro dizem que, com as mudanças previstas na PEC, a Câmara vai assumir o protagonismo no Orçamento desejado pelo ministro.

“Vamos nos ater ao nosso quadrado, definir o Orçamento e legislar”, disse o líder do PP, Arthur Lira (AL).

A manobra pegou até mesmo o relator da proposta, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), de surpresa.

Todos os partidos orientaram pela aprovação da PEC, até mesmo o PSL, partido do presidente.

A unanimidade virou até piada no plenário da Câmara, ao conseguir unir no painel de orientação partidos de todos os lados do espectro político para impor uma derrota ao governo.

A equipe econômica defendeu a parlamentares mais tempo para que o governo pudesse discutir o tema antes da votação na Câmara.

Para evitar que a votação fosse caracterizada como uma derrota acachapante e após perceber que perderia por ampla maioria, o próprio PSL de Bolsonaro optou por orientar os seus deputados a votar a favor da PEC.

O líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), votou a favor da PEC. “Mas isso vem ao encontro do que o Jair Bolsonaro vem falando, menos Brasília e mais Brasil”, afirmou Vitor Hugo. “Então eu vejo como uma vitória.”

Já a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), foi contra.

Bolsonaro e o filho deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) assinaram, em 2015, a lista para que a PEC do Orçamento impositivo pudesse ser protocolada na Câmara pelo autor deputado Hélio Leite (DEM-PA).

Câmara desafia governo e engessa Orçamento

Congresso. Em reação à postura de Bolsonaro de não negociar com partidos, deputados aprovam projeto que reduz poder do Executivo sobre gastos; proposta segue para Senado

Vera Rosa

Camila Turtelli / BRASÍLIA

O governo sofreu ontem à noite importante derrota após a Câmara aprovar, em dois turnos, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que engessa parcela maior do Orçamento e torna obrigatório o pagamento de despesas hoje passíveis de adiamento, como emendas de bancadas estaduais e investimentos em obras. A votação foi um recado dos deputados para o Palácio do Planalto. Insatisfeitos com a decisão do presidente Jair Bolsonaro de não negociar com partidos, líderes de várias siglas decidiram emparedar o governo.

Em uma hora, numa votação relâmpago, os deputados aprovaram a medida em dois turnos, com ampla maioria. Para conseguirem essa rapidez, deram sinal verde a um requerimento de quebra de interstício, permitindo que o Legislativo pulasse o intervalo regimental de cinco sessões, necessários para uma PEC passar na Casa. Foram 448 votos em primeiro turno e 453 no

segundo. Houve votos favoráveis até mesmo no próprio PSL, o partido de Bolsonaro. A proposta seguirá para o Senado, onde o presidente, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já disse ser favorável ao texto.

"Não somos contra o governo. Somos a favor do Parlamento", justificou o líder do PSL na Câmara, Delegado Waldir (GO). "O governo não disse que é cada um no seu quadrado? Então, chegou a hora de resgatarmos as prerrogativas do Legislativo. Cada um faz o seu papel", completou o deputado Elmar Nascimento (BA), que lidera a bancada do DEM. Apenas seis deputados, entre eles a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSLSP), e os deputados Bia Kicis (PSL-DF) e Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PSL-RJ), se posicionaram contra a PEC, que é de 2015.

O revés do governo ocorreu no mesmo dia em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não compareceu a uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater a reforma da Previdência e horas depois de o titular da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ir à Câmara para tentar apaziguar a crise política, após o embate dos últimos dias entre

Bolsonaro e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Maia negou que a decisão de ressuscitar uma PEC de quatro anos atrás – parada desde novembro de 2015 na Câmara – fosse um "troco" no governo.

"Não cabe retaliação a ninguém, pelo amor de Deus. É o Legislativo reafirmando suas atribuições. É assim em qualquer democracia do mundo." Em conversas reservadas, no entanto, líderes e dirigentes de partidos não escondem o descontentamento com o Planalto. Dizem que Bolsonaro colou em todos o carimbo da "velha política", movida por cargos e emendas. A intenção é descaracterizar que a disputa se trava entre a "velha política" e a "nova política" e mostrar um embate institucional, que juntaria partidos de direita, centro e até da esquerda, como PT e PCdoB. "Maldades". Na prática, a ideia dos deputados é lançar um "pacote de maldades" para deixar o Executivo refém do Congresso.

A primeira medida foi aprovada ontem com a PEC que tira o poder do governo sobre o Orçamento, mas a estratégia traçada por parlamentares prevê até mesmo restringir o poder do presidente de editar medidas provisórias. A ordem é





desengavetar projetos que estavam "adormecidos" nos escaninhos do Congresso e possam dificultar a vida do governo. Nos bastidores, o confronto já é comparado aos tempos em que o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), preso da Lava Jato, armava "pautas-bomba" contra o governo da petista Dilma Rousseff, deposta em 2016, após um processo de impeachment. Naquele período, o bloco conhecido como Centrão – composto por partidos como DEM, PP, PR, PRB e Solidariedade – dava as cartas e impunha seguidas derrotas ao Planalto.

Na noite de ontem, muitos deputados do PSL não sabiam que

a proposta em votação era prejudicial a Bolsonaro. O próprio Onyx foi avisado de que o assunto iria a plenário e não mostrou resistência. "Queremos construir um pacto de convivência", disse o ministro. "Eu estou perplexo. Muitas vezes não sei mais quem é situação e quem é oposição", provocou o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP). "Qual é a estratégia que está por trás de ter o Orçamento engessado?" Logo após a aprovação da PEC em primeiro turno, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSLSP), filho do presidente, lembrou que ele e o pai foram favoráveis ao projeto, em

2015. Na ocasião, os dois eram oposição ao governo Dilma. "De maneira nenhuma se trata de uma derrota do governo, mas, sim, de uma relação harmônica entre os poderes", afirmou Eduardo.

A proposta que passou pelo crivo da Câmara também obriga o governo a aplicar 1% da receita corrente líquida em emendas coletivas. Hoje, não há na Constituição previsão de obrigatoriedade para emendas de bancada – tradicionalmente usadas como moeda de troca com o Congresso. / COLABORARAM NAIRA TRINDADE e RENATA AGOSTINI

Equipe econômica prevê controlar só 3% dos gastos

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

A PEC do Orçamento impositivo aprovada ontem pela Câmara vai amarrar ainda mais o Orçamento e elevar para 97% o grau de engessamento das contas do governo federal. A proposta também tira o pouco das despesas que ainda estão sob o controle da equipe econômica e transfere o poder de decidir sobre esses recursos para o Congresso. Hoje o Orçamento já tem uma "camisa de força" de 93%. Ou seja, o governo só tem liberdade para manejar livremente cerca de 7% do total dos gastos. A previsão foi feita ao Estado por um integrante da equipe econômica que acompanhou a votação e vê com preocupação a nova amarra.

Com base no Orçamento deste ano, a PEC poderia carimbar mais cerca de R\$ 8 bilhões para emendas de bancadas, que terão obrigatoriamente de ser executadas. Apesar de aumentar o poder do Congresso na definição do Orçamento – como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes –, a medida vai na direção contrária da intenção do ministro de "desamarrar" e "desvincular" as despesas do Orçamento. Isso porque o compromisso com as despesas obrigatórias, como

salários e benefícios previdenciários, que já existe hoje, continuaria inalterado. A mudança se daria no modelo de execução do Orçamento, que no Brasil é meramente "autorizativo" – a equipe econômica tem a opção de não executar todos os gastos aprovados pelo Congresso.

A ideia é tornar as decisões do Parlamento sobre as despesas "impositivas" uma regra a ser seguida à risca pelo Poder Executivo. A avaliação preliminar dos especialistas da área econômica é de que, mesmo que a PEC seja aprovada no Senado em dois turnos, a mudança não valerá para 2019, uma vez que o Orçamento para este ano já foi aprovado e está em execução. O Orçamento impositivo só valerá para os gastos do governo a partir do próximo ano. Para isso, a mudança teria de ser incorporada à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, que será elaborada ainda este ano.

Segundo técnicos da Câmara, hoje a margem para investimentos ou outros gastos do governo está em aproximadamente R\$ 65 bilhões, considerando a necessidade mínima de gastos de R\$ 45 bilhões para manter o funcionamento da máquina pública.

Só Saúde e Educação vão escapar de corte de R\$ 30 bi do Orçamento

Aperto. Proposta da equipe econômica é fazer um bloqueio de 21% nos gastos dos demais ministérios, o que levaria as despesas para cerca de R\$ 90 bi, o menor valor da série histórica; técnicos apontam que corte pode comprometer funcionamento de áreas do governo

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Apenas os Ministérios da Saúde e da Educação serão poupados do corte de R\$ 30 bilhões do Orçamento definido pelo Ministério da Economia. A proposta da área econômica é fazer um bloqueio praticamente linear de 21% nas despesas dos demais ministérios, o que pode afetar o funcionamento de áreas do governo. Com a decisão, as despesas que não são obrigatórias ficarão em R\$ 90 bilhões, nível considerado próximo do chamado "shutdown" da máquina pública, ou seja, de paralisia. O valor é o mais baixo da série histórica disponível, que começou em 2008.

Se o contingenciamento de R\$ 30 bilhões permanecer por muito tempo ao longo deste ano, técnicos

experientes do governo, ouvidos pelo Estado, avaliam que, em outubro, muitos ministros não terão mais dinheiro para tocar projetos. "Na toada atual, o sinal amarelo vira vermelho já, já", alerta o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Felipe Salto, que faz o acompanhamento das contas públicas. Nos anos anteriores, bloqueios no Orçamento provocaram falta de recursos para expedição de passaportes, patrulha de rodovias, compra de medicamentos, entre outros exemplos.

O governo tem até sexta-feira para divulgar como o corte, anunciado na semana passada, será dividido entre os ministérios. Até lá, a disputa será política entre os comandantes das Pastas. O problema é que, para preservar um determinado ministério, o governo terá de apontar um corte maior em outras áreas. Tudo tem de estar registrado em ata. Pela proposta dos técnicos da área econômica, além de saúde e educação, apenas áreas muito específicas, como despesas com calamidades públicas, ficariam de fora do corte linear. Mesmo em saúde e

educação, o governo só deixará livre do bloqueio o percentuais obrigatórios de gastos determinados pela Constituição.

A palavra final será do presidente Jair Bolsonaro, como já indicou o secretário especial de Fazenda do Ministério Economia, Waldery Rodrigues Júnior, durante o anúncio do corte. O bloqueio incide apenas nas chamadas despesas discricionárias, que são gastos de custeio e investimento não obrigatórios que o governo tem liberdade para manejar e cortar – gastos obrigatórios, como salários e benefícios previdenciários, não podem ser bloqueados. Os dados da IFI apontam que as despesas discricionárias devem ter orçamento entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões em 2021, se não houver mudanças na situação atual na qual a escalada dos gastos obrigatórios estão espremendo esse tipo de despesa.

Felipe Salto alerta que o quadro atual já é muito "perigoso" e a chamada margem fiscal está ficando cada vez maior. Por isso, diz ele, a urgência da aprovação das reformas, principalmente a da Previdência.